

# Secretário da Receita Federal lamenta a supressão de artigos

por Walter Marques  
de Brasília



Luiz Romero Patury  
Accioly

O secretário da Receita Federal, Luís Romero Patury Accioly, ao ser informado de que a Câmara dos Deputados havia suprimido do projeto do governo o artigo 97, que criava o imposto sobre a propriedade de veículos automotores que seria anualmente cobrado pela União nos territórios, ficou perplexo e extremamente preocupado com a situação dos municípios dos territórios.

A mudança introduzida no "pacote" que mais o decepcionou foi a supressão do artigo 97, pois sem ele o governo federal não disporá da receita que pretendia arrecadar com o novo imposto. Segundo Patury, 50% dessa receita seria repassada aos municípios dos territórios, que não dispõem de competência para cobrar impostos.

A supressão dos artigos 94, 95 e 96 também foi lamentada pelo secretário da Receita Federal. Ele disse ter explicado exaustivamente aos parlamentares que o poder de alienar imóveis da União que esses artigos conferiam ao ministro da Fazenda não resultaria em distorções. Ele explicou que a União detém um número imenso de imóveis imprestáveis, muitos deles em situação de "enfiteuse", e que sua alienação somente traria benefícios aos cofres públicos. O líder do PMDB, Pimenta da Veiga, no entanto, preferiu deixar para votar essa matéria no ano que vem, já que ela não precisava ser aprovada neste ano para vigorar em 1986.

Ele esclareceu também que o parágrafo único inserido no artigo 1º do projeto pelo Congresso Nacional, teve por objetivo deixar claro que as retenções ou antecipações do IR na fonte feitas em 1985 serão corrigidas monetariamente. Para Patury, isto não alterou o projeto original, mas apenas o tornou mais claro. Com isso o contribuinte ga-

nhará duplamente, porque as retenções serão corrigidas e deduzidas do imposto devido, o qual não será corrigido, pois a tabela progressiva também acompanhará a correção monetária, mantendo o contribuinte na mesma faixa de renda. Para o governo haverá, em decorrência, um crescimento do volume das restituições, que passarão a 209 milhões de ORTN em 1986, muito acima dos 140 milhões de ORTN restituídos em 1985 e dos 134 milhões de ORTN de 1984. Além disso, como os contribuintes vão ter menor retenção do imposto na fonte em 1986, eles estarão, como explicou Patury, recebendo antecipadamente a restituição a que teriam direito em 1987. Essa assimetria deverá continuar apenas em 1986, pois na declaração de 1987 o imposto devido deverá ser igual ao retido na fonte.

Outra alteração feita pelo Congresso que beneficia o contribuinte, explicou Patury, é a faculdade que agora o contribuinte terá de, no cálculo do Imposto de Renda na fonte, deduzir um desconto padrão de 25% em lugar da contribuição à previdência social. Se o desconto padrão for maior que a contribuição previdenciária, a base de cálculo do imposto incidente na fonte será menor.